



**Celso Ming** [celso.ming@estadao.com](mailto:celso.ming@estadao.com)

## Lula e Prometeu acorrentado

Nestes primeiros cinco meses de mandato, o presidente Lula deu a impressão de que foi tomado por uma espécie de síndrome de onipotência.

Desde Hesíodo, sabemos que o castigo é cruel. O titã Prometeu se julgou tão poderoso que roubou o fogo do céu. Foi punido por Zeus, que o acorrentou a um rochedo onde águias vinham comer-lhe o fígado.

Lula ganhou uma eleição apertada, mas se julgou senhor dos senhores. Por conta disso, vem colecionando malfeitos.

Achou-se em condições de mediar a paz no coração da Europa em uma guerra que tem raízes milenares. Na cúpula do G-7, chegou a condenar a inva-

são de países vizinhos pela Rússia e depois quis que a Ucrânia aceitasse entregar território ocupado nessas condições, em troca de uma paz incerta. Foi ignorado. Também no G-7, entendeu que devia dar um pito no Fundo Monetário Internacional, por não atender aos reclames da caloteira Argentina. Também foi ignorado.

No encontro dos presidentes da América do Sul, tentou ressuscitar a Unasul, um clube marcado pela ideologia, mas não obteve sucesso. Recebeu o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, com salamaleques e honras militares. Em seguida, expôs a teoria de que ditadura e democracia são questões de narrativa: os fatos se



**Lula: superpoder?**

submetem a quem consegue impor a versão desejada.

Internamente, certos problemas começaram quando o presidente Lula deixou o “exército do Stédile” solto para invadir terras e ainda o presenteou com sua companhia na viagem à China. Foi o que bastou para que as águias do agronegócio avançassem sobre seu fígado.

O esvaziamento dos ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas veio em seguida, até mesmo com o voto dos petistas, que tiveram de conformar-se com perder menos. O projeto que define um marco temporal para demarcação de terras indígenas passou na Câmara por falta de empenho do governo para rejeitá-lo.

O anúncio do “Novo Carro Popular” foi cabal demonstração de amadorismo político. Foi tanto uma decisão quanto uma elaboração açodada, baseada em renúncia fiscal, cujo único objetivo é esvaziar os patios lotados das montadoras. Até agora não se sabe nem quanto vai custar nem quanto tempo vai durar. O ministro da Fazenda, Fer-

nando Haddad, afirmou que não ultrapassará “três ou quatro meses”. O secretário do Desenvolvimento Industrial, Uallace Lima, fala em “até um ano”. É um programa que vai na contramão do objetivo principal da Fazenda, que é eliminar subsídios e perdas de arrecadação.

E tem outras coisas importantes a serem decididas, como o arcabouço fiscal e a reforma tributária.

Falta um Hércules para livrar Prometeu do seu suplício. Mas, antes, ele precisa se dar conta que não pode tudo, especialmente não pode enganar-se a si próprio. Fatos são fatos, versões são versões. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

### Tributária Resistência à proposta

## Cesta básica vai aumentar 111% com nova alíquota, diz setor supermercadista

**Presidente da Abras se posiciona contra o mecanismo de ‘cashback’, devolução de parte dos impostos para a população**

**MARIANA CARNEIRO**  
BRASILIA

Em reunião de empresários e parlamentares envolvidos com a reforma tributária, o presidente da Associação Brasileira dos Supermercados (Abras), João Carlos Galassi, afirmou ontem ao relator do texto, Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB), que, se a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do setor de supermercados for de 25%, como se especula para a taxa-base do novo regime tributário, os preços nas gôndolas podem aumentar.

“Haveria 111% de aumento na cesta básica. O IVA hoje do setor é de 12%, já unificando os produtos desonerados. Temos dados para mostrar que, se o setor tiver alíquota acima de 12%, haverá aumento da tributação da alimentação da população”, disse Galassi.

**‘CASHBACK’.** Boa parte da discussão na reunião de ontem, que durou cerca de duas horas, no entanto, tratou do chamado “cashback” (devolução de parte dos impostos pagos

**Para Haddad, sistema atual é um ‘caos’ e uma ‘colcha de retalhos’**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o sistema tributário do País é um “caos e colcha de retalhos”. Repetindo sua preocupação com decisões do Congresso e do Judiciário, afirmou que “muitas vezes” leis são aprovadas de forma confusa em razão de lobby no Legislativo, depois estendido ao campo da Justiça.

“Muitas vezes uma lei é aprovada de forma confusa propositalmente por (atução de) lobby, que ato contínuo vai atuar no Judiciário para convencer a tese, que vai contra o interesse público”, disse Haddad no 7.º Congresso do Contencioso Tributário de PGFN e FGTS. ● AMAN-

DA PUPO e CÉLIA FROUFE/BRASILIA

para a população) e da previsão de incidência de tributos sobre a cesta básica – hoje, esses itens são isentos.

Um dos argumentos do governo e de tributaristas é que a renúncia tributária dos itens da cesta básica beneficia não apenas consumidores pobres e, por isso, a sugestão é uma

política mais focalizada de transferência de renda, o chamado “cashback”.

Hoje, os itens da cesta básica são isentos de PIS/Cofins, mas o benefício alcança pobres e ricos.

**CONTRÁRIO.** Galassi disse que o setor supermercadista é contra esse mecanismo que está sendo concebido na reforma tributária para alguns consumidores. Segundo ele, já existem dispositivos eficientes de devolução de recursos para os consumidores, como por exemplo a nota fiscal paulista. “É um sistema que vai criar injustiça social pela dificuldade de se diferenciar a população”, disse Galassi sobre o “cashback”.

Segundo o supermercadista, “é diferente da nota fiscal paulista, em que todos podem ter algum tipo de retorno do Estado”. Ele acrescenta: “Essa história de uma parte da sociedade ter direito sobre a cesta básica e outra não ter, acho que é discriminatória.”

Já o relator disse que não vincula a tributação dos produtos da cesta básica ao “cashback” e sinalizou que ainda não decidiu se vai incluir em seu relatório a proposta de taxar esse tipo de produto. ●

## No primeiro bloqueio de verba do atual governo, Cidades perde R\$ 691 mi

**FERNANDA TRISOTTO**  
BRASILIA

O governo publicou em edição extra do *Diário Oficial* da União decreto que traz o detalhamento do contingenciamento (bloqueio preventivo de recursos) de R\$ 1,7 bilhão, anunciado em 22 de maio, para o cumprimento do teto de gastos, ainda em vigor.

Segundo o decreto, divulgado na edição de terça-feira à noite, os R\$ 1,689 bilhão que precisam ser contingenciados neste bimestre foram divididos em seis pastas. O Ministério das Cidades teve o maior montante bloqueado, com R\$ 691,3 milhões, seguido do Ministério de Transportes, com R\$ 602,1 milhões.

Também tiveram recursos bloqueados as pastas do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (R\$ 118,2 milhões); da Integração e Desenvolvimento Regional (R\$ 96,1 milhões); da Fazenda (R\$ 93,2 milhões) e do Planejamento e Orçamento (R\$ 88,4 milhões).

Os valores serão representados nas despesas do tipo RP2, a rubrica para indicar gastos discricionários – sem ser obrigatórios, como custeio e investimentos – a critério do Executivo. Elas incluem valores destinados por meio de emendas parlamentares.

**PRIMEIRA VEZ.** No primeiro relatório bimestral, divulgado em março, não houve contin-

genciamento. Esse, portanto, é o primeiro bloqueio no Orçamento promovido pelo governo Lula. Nesta semana, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, já havia adiantado que o contingenciamento não atingiria ministérios com orçamentos menores, como Educação ou Saúde. Ela também disse que se trata de um bloqueio temporário, que pode ser revisito nos outros relatórios.

**Teto de gastos**  
Valores represados são das despesas RP2, que não são obrigatórias e incluem emendas parlamentares

Quando divulgou o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2.º bimestre, na semana passada, a equipe econômica mudou a projeção para as receitas primárias totais da União neste ano de R\$ 2,375 trilhões para R\$ 2,367 trilhões. Já a estimativa para a receita líquida – livre de transferências para os governos regionais – passou de R\$ 1,915 trilhão para R\$ 1,911 trilhão.

Do lado das despesas, a previsão de gasto total em 2023 passou de R\$ 2,023 trilhões para R\$ 2,047 trilhões. Com as revisões, o volume de gastos obrigatórios (como salários e benefícios previdenciários) passou de R\$ 1,829 trilhão para R\$ 1,853 trilhão, enquanto as despesas discricionárias permaneceram em R\$ 193,9 bilhões neste ano. ●